

MIGRAÇÃO, GLOBALIZAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: EM BUSCA DE NOVAS INTERPRETAÇÕES FUNDAMENTADAS EM EVIDÊNCIAS LATINO-AMERICANAS RECENTES

Carlos Frederico Domínguez Avila*

Resumo

O propósito deste estudo é compreender, avaliar e propor novas interpretações sobre o fenômeno da migração internacional, em geral, e da migração latino-americana, em particular, a partir de evidência documental recente. Ao analisar especificamente o caso das tendências migratórias na América Latina e Caribe é bastante claro que o fenômeno se transformou em tema de grande relevância na agenda hemisférica e global. Segundo estimativas recentes, aproximadamente 40 milhões de latino-americanos e caribenhos moram fora dos seus países de origem. Outrossim, existem boas razões para prever que a migração internacional, em geral, e a migração latino-americana e caribenha, em particular, continuarão sendo fenômenos importantes nas relações internacionais nas próximas décadas. Este expressivo fluxo migratório no sentido Sul-Norte é impulsionado por dois importantes conjuntos de motivos. De um lado, as profundas diferenças econômicas internacionais e as agudas insuficiências estruturais dos países em desenvolvimento favorecem a opção de procurar novos horizontes em outros países, regiões e continentes. De outro, é cada vez mais evidente que os países capitalistas avançados – porém demograficamente envelhecidos – precisam de uma força de trabalho jovem, qualificada e certamente estrangeira, inclusive para manter seus altos padrões de consumo e renda. Portanto, trata-se de alcançar um novo equilíbrio na procura e demanda de força de trabalho, no contexto geral do processo de globalização.

Palavras-chaves: Migração; Globalização; Relações Internacionais; América Latina e Caribe.

Introdução

A migração internacional é uma das manifestações mais diretas, evidentes e expressivas da atual fase do assim chamado processo de globalização. Aproximadamente 175 milhões de pessoas residem em nações diferentes do país de origem – isto é, habitam em algum país receptor de imigrantes. Note-se que por volta de 40 milhões daqueles migrantes nasceram ou são descendentes de famílias procedentes de algum país da América Latina e Caribe. Conseqüentemente, trata-se de um fenômeno de alcance global, complexo, e altamente significativo.

Inicialmente, parece importante reconhecer que a noção de migração implica o movimento de pessoas – isto é, seu deslocamento geográfico temporário

* Doutor em história das relações internacionais pela Universidade de Brasília (2003). Professor do UniCEUB.

ou definitivo. O conjunto de motivações ou incentivos que historicamente impulsionaram as migrações é bastante numeroso, incluindo, por exemplo: a aspiração de melhorar as condições de vida e de emprego (educação, saúde, etc.), os deslocamentos forçosos para preservar a integridade física (normalmente provocados por conflitos armados domésticos e internacionais), as desigualdades nos níveis de desenvolvimento, as assimetrias na distribuição dos benefícios oferecidos pela economia internacional, as carências de capital humano e conhecimentos, a curiosidade, dentre outros. Note-se, ainda, que o termo migrante não se limita aos deslocamentos de trabalhadores e profissionais (qualificados ou não). Outros indivíduos, tais como refugiados, turistas e estudantes, também podem ser estudados a partir desta categoria. Tudo isso sem esquecer as convergências ou sinergias reais ou potenciais que surgem entre os chamados *pull e push effects*, isto é, as pressões migratórias endógenas e exógenas geradas pelo mundo atual, tanto nas economias desenvolvidas como nas economias em desenvolvimento.

Ainda que a migração humana é uma das formas mais óbvias de globalização, não existe uma consistente tradição de pesquisa deste fenômeno sob a perspectiva da disciplina Relações Internacionais. Trata-se de um objeto de estudo que não tem chamado a atenção dos principais pesquisadores desta comunidade acadêmica. Curiosamente, a temática tem recebido maior atenção de disciplinas como a demografia que da própria disciplina relações internacionais – teoricamente a disciplina encarregada de estudar este tipo de fenômenos, às vezes chamados de “intermésticos”. Contudo, nos últimos anos o fenômeno da migração internacional adquiriu tal relevância na América Latina e Caribe que certos especialistas das relações internacionais passaram a estudá-lo com propósito de oferecer novas idéias e interpretações úteis e plausíveis no momento de formular e implementar políticas específicas – ou simplesmente para reagir frente às realidades, desafios e oportunidades colocados pelo fenômeno em questão.¹

A migração internacional no contexto da atual fase de globalização

O fluxo migratório contemporâneo apresenta uma conotação massiva. Segundo relatórios das Nações Unidas, o número de pessoas que participam diretamente de tais correntes migratórias internacionais cresceu consideravelmente durante a segunda metade do século XX. Atualmente, por volta de 175 milhões de pessoas residem em países diferentes ao do nascimento. A Europa Ocidental, os Estados Unidos e certos países de Oceania – especialmente o caso da Austrália – são os principais destinos dos migrantes internacionais.

Conseqüentemente, o impacto geral dos processos ou fluxos migratórios é alto e crescente, tanto nos países de origem (ou emissores), quanto nos países de destino (ou receptores) e de trânsito (ou de passagem).

Paralelamente, parece importante ressaltar que em outras fases do processo de globalização – levando-se em consideração que o processo de globalização apresenta antecedentes bastante antigos (Held e outros, 1999; CEPAL, 2002) – os deslocamentos de população acompanharam de perto o desenvolvimento de contatos e fluxos de capitais, comércio, tecnologias e valores. Na atual fase do processo de globalização, porém, a mobilidade das pessoas enfrenta fortes barreiras que a restringem, especialmente quando se trata de migrações de pessoas pouco qualificadas com destino a países do centro do capitalismo. Assim, muitos autores questionam o fato de que a migração internacional parece estar excluída da nova fase do processo de globalização. A globalização sem ou com pouca migração internacional levanta muitas dúvidas com relação aos seus fundamentos éticos, ao realismo político e à eficiência econômica.

Convém acrescentar que o fenômeno migratório internacional – especialmente no sentido Sul-Norte – também deve ser abordado tanto pelo lado da oferta de força de trabalho (ou *push effect*), quanto pelo lado da demanda de força de trabalho (ou *pull effect*). De modo geral, o *push effect* que impulsiona a migração internacional no sentido Sul-Norte vincula-se com realidades sociais, políticas e econômicas imperantes nos países em desenvolvimento que agem no

sentido de “expulsar” ou “empurrar para fora” a população com condições reais ou potenciais para migrar. Assim, a oferta de força de trabalho oriunda de países em desenvolvimento surge de pressões e forças profundas reais que incluem, por exemplo, a exclusão social, o desemprego, a crise ambiental global, conflitos armados internos, a universalização das aspirações de consumo e bem-estar, meios de transporte cada vez mais rápidos, seguros e baratos (especialmente o transporte aéreo), dentre outros.

De modo complementar, a evolução recente dos países do centro do capitalismo, especialmente no caso dos países europeus, demonstra uma crescente necessidade de importar força de trabalho oriunda dos países em desenvolvimento. Assim, o *pull effect* surge de fenômenos tais como a chamada “segunda transição demográfica” ou acelerado envelhecimento da estrutura da população, o alto e crescente déficit no número de pessoas em idade produtiva que ingressam aos mercados de trabalho, o crescente desequilíbrio entre a população ativa e passiva – com impacto direto nos sistemas de previdência e seguridade social –, as facilidades nas comunicações internacionais cada vez mais rápidas, seguras e baratas (Internet, etc.), dentre outros. Neste sentido, parece evidente que para manter o alto e dispendioso padrão de consumo e de vida, as sociedades capitalistas centrais precisam – objetivamente – de força de trabalho qualificada e não-qualificada oriunda de países em desenvolvimento.

Em suma, tudo faz prever que a migração internacional no sentido Sul-Norte continuará sendo um fenômeno importante nas relações internacionais nas próximas décadas. De um lado, as profundas diferenças econômicas internacionais e as agudas insuficiências estruturais dos países em desenvolvimento favorecem a opção de procurar novos horizontes em outros países, regiões e continentes. Entretanto, é cada vez mais evidente que os países capitalistas avançados – porém demograficamente envelhecidos – precisam de uma força de trabalho jovem, qualificada (e não qualificada) e certamente estrangeira. Todavia, é bem provável que as autoridades de tais países, especialmente no caso dos europeus, fortalecerão as estratégias que tendem a atrair recursos humanos qualificados e manterão a demanda de recursos

humanos menos qualificados para realizarem tarefas que os seus nacionais não mais desejam cumprir, especialmente em atividades de pouco prestígio social e muitas vezes mal remuneradas. Portanto, trata-se de alcançar um novo equilíbrio na procura e demanda de força de trabalho, no contexto geral do processo de globalização.

Outrossim, vale destacar que para estudar as migrações internacionais no marco geral do processo de globalização é possível e pertinente utilizar variáveis tais como: (a) a extensão ou abrangência dos fluxos migratórios, (b) a intensidade, (c) a velocidade dos deslocamentos, (d) seu impacto nas comunidades de origem, trânsito e destino, (e) a infraestrutura disponível (especialmente no que diz respeito à estrutura de transporte, comunicações, e regulamentações). Uma primeira aproximação do problema-objeto com base em tais variáveis é a tabela a seguir.

Tabela 1: Principais características do padrão contemporâneo de migração internacional (1970-2000)

Variável	Características gerais
Principais fluxos migratórios na atual fase do processo de globalização	<p>A partir das décadas de 1970 e 1980 o principal fluxo migratório global passa a ser no sentido Sul-Norte. Isto é, com destino à América do Norte, Europa Ocidental e Austrália. Os países produtores de petróleo do golfo Pérsico também recebem importante fluxo migratório regional e global. Subsistem pequenos fluxos migratórios nos sentidos Norte-Norte, Sul-Sul e Norte-Sul.</p> <p>Crescente relevância da migração de técnicos e profissionais altamente qualificados. Bem como de migrantes sem documentação, trabalhadores pouco qualificados profissionalmente, refugiados, turistas, dentre outros.</p>
Extensão ou abrangência	<p>Principais fluxos globais com destino a: Europa Ocidental, América do Norte, Austrália e golfo Pérsico.</p> <p>Fluxos migratórios intra-regionais na África (especialmente na Nigéria, África do Sul e Líbia), sudeste asiático (Cingapura, Japão, Malásia, Tailândia, e outros "tigres") e América Latina (Argentina, Venezuela e México).</p> <p>Fluxos menores ou binacionais.</p>

Intensidade	Comparado com outros períodos históricos, os fluxos migratórios contemporâneos podem ser considerados de mediana intensidade, ainda que com tendência crescente.
Velocidade	É muito alta a velocidade dos deslocamentos individuais e coletivos. Predominância do transporte aéreo internacional.
Institucionalização	Alta institucionalização dos sistemas de transporte e comunicações, controle das fronteiras, e mercados de trabalho. Crescimento da migração irregular (sem documentos). Considerável incremento da vigilância e disciplinamento dos fluxos (especialmente no sentido Sul-Norte).
Estratificação	Parece necessário distinguir entre os migrantes altamente qualificados (ou migrantes de elite, com muitas opções e facilidades nos países de destino) e os migrantes pouco qualificados, refugiados, asilados, etc. (ou migrantes de massa, com poucas facilidades e opções nos países de destino).

Grandes tendências da migração internacional na América Latina e Caribe

O deslocamento transitório ou definitivo de pessoas tem constituído uma característica essencial na história econômica, política e social da América Latina e Caribe. De fato, a América é literalmente um continente de imigrantes e seus descendentes.

Desde a chegada dos primeiros habitantes do continente – aproximadamente 30 mil anos antes de Cristo – até os atuais fluxos migratórios Sul-Norte, é possível estudar o fenômeno migratório em cinco grandes fases:

- As grandes ondas pré-colombianas, lembrando que os primeiros habitantes da América foram polinésios, mongóis e possivelmente africanos, e que em 1492 o continente era habitado por aproximadamente 70 milhões de pessoas;
- Ondas migratórias do período colonial, caracterizadas pela imigração de colonizadores europeus e escravos africanos, e pela intensa mestiçagem da população;

- Segunda onda de imigração europeia, complementada com importantes fluxos asiáticos (japoneses, chineses e árabes) durante o século XIX e princípios do século XX;
- Grandes fluxos domésticos no marco do processo de desenvolvimento para dentro, complementados com certas experiências migratórias fronteiriças (mexicanos nos Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial) e certas correntes entre países latino-americanos (especialmente com destino à Argentina e Venezuela);
- Os atuais fluxos migratórios, predominantemente no sentido Sul-Norte, sendo que esta fase merece de uma análise mais cuidadosa e detalhada.

Durante a maior parte da sua história a América Latina foi uma região receptora de imigrantes europeus, asiáticos e africanos. No entanto, a partir do decênio de 1970 o subcontinente se converteu em emissor de população, basicamente com destino aos Estados Unidos e outros países do centro do capitalismo mundial. Esta significativa mudança no padrão migratório latino-americano não deixou de provocar profundas conseqüências de natureza econômica, social, política, cultural e, de modo geral, nas relações internacionais – dado seu impacto nos países de origem, de destino e de trânsito.

Ao analisar especificamente o caso das tendências migratórias na América Latina e Caribe é bastante claro que a migração internacional se transformou em um tema de grande relevância na agenda hemisférica e global destes países. Segundo estimativas recentes do Centro Latino-Americano de Demografia (CELADE), da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), atualmente por volta de 40 milhões de latino-americanos e descendentes residem fora dos seus países de origem. O México, os países da América Central e os países andinos são os principais emissores de migrantes – no entanto outros países da América do Sul, inclusive o Brasil, também são importantes emissores.

Os principais receptores ou destinos destes migrantes são os Estados Unidos, certos países da Europa Ocidental (especialmente o Reino Unido, a

França, a Itália, a Espanha e Portugal), bem como outros países da região (especialmente a Argentina, a Venezuela e o México).² Adicionalmente, o México e os países da América Central também são considerados nações de trânsito utilizadas pelos migrantes que se dirigem para o “norte”.

A massiva migração latino-americana com destino aos Estados Unidos é um fenômeno relativamente recente.³ Segundo estatísticas estadunidenses, a população latino-americana reconhecida passou de pouco menos de um milhão de pessoas em 1960 a 14,5 milhões em 2000. Todavia, a estes dados é necessário acrescentar um importante número de imigrantes sem documentação, refugiados políticos e “retornados” – isto é, descendentes que conseguem ganhar a cidadania estadunidense e retornam ao país dos antepassados como cidadãos reconhecidos. Conseqüentemente, o número total de emigrantes latino-americanos que vivem nos Estados Unidos pode chegar aos 40 milhões de pessoas.⁴

Na distribuição da população latino-americana residente nos Estados Unidos, a comunidade mexicana é claramente majoritária. As comunidades de migrantes cubanos, salvadorenhos, brasileiros, colombianos e venezuelanos também são expressivas. Entre 1990 e 2000, as comunidades de imigrantes com maiores taxas de crescimento foram as dos uruguaios, venezuelanos e hondurenhos.⁵

No que diz respeito ao perfil educacional e ocupacional dos migrantes parece claro que o atual padrão migratório latino-americano está constituído por pessoas que podem ser identificadas segundo dois grandes tipos: os pouco qualificados e com baixo nível de escolaridade, e os altamente qualificados e com alto nível de escolaridade.

De fato é possível constatar a existência de um importante grupo de migrantes latino-americanos com baixa qualificação profissional e baixo nível de escolaridade. Em outras palavras, migrantes com baixo capital educacional. Estes migrantes normalmente trabalham em atividades agrícolas, na construção civil, e nos serviços domésticos. Trata-se de atividades de pouco prestígio social e com

remunerações relativamente baixas. Este tipo de migração é predominante nas comunidades mexicana e centro-americana nos Estados Unidos, bem como nas comunidades equatoriana, brasileira e peruana nos países europeus.

Complementarmente, existe um grupo de migrantes altamente qualificados. Trata-se de profissionais, técnicos, científicos e operários especializados – alguns destes com um capital educacional superior à media dos nativos do país de destino. De modo geral, os emigrantes altamente qualificados se integram em ocupações de alta gerencia empresarial, no mundo acadêmico e nas atividades culturais – isto é, ocupações bem remuneradas e com alto prestígio social. Atualmente mais de 300 mil profissionais e técnicos latino-americanos vivem fora dos países de origem – especialmente nos Estados Unidos. O número de migrantes com alto capital educacional é particularmente relevante no caso das diásporas oriundas da Argentina, da Venezuela e do Chile.

Finalmente, convém acrescentar que as pessoas migram levando os seus padrões culturais. Isso resulta, muitas vezes, numa situação de novas relações sócio-culturais e com a possibilidade de fricção interétnica entre a comunidade migrante e a sociedade receptora. Muitas vezes a presença de uma comunidade étnica gera uma situação de comparação e contraste com a sociedade receptora, particularmente no que diz respeito a valores, costumes e crenças religiosas. Fenômenos sociais tais como o racismo, a xenofobia e a discriminação no mundo do trabalho também podem vincular-se com tais condutas.

No caso do impacto da migração internacional latino-americana, especialmente com destino aos Estados Unidos e Europa Ocidental, os resultados são contraditórios. No caso dos Estados Unidos, a presença social, política, econômica e cultural da comunidade latino-americana é bastante evidente, alta e crescente. A língua espanhola é a segunda mais importante neste país.⁶ A arte, o esporte e outras expressões culturais latino-americanas são mundialmente reconhecidos. Atualmente, a soma da riqueza administrada pela comunidade “latina” residente nos Estados Unidos seria pouco menor que o produto interno bruto do Brasil. Outrossim, o voto hispânico é cada vez mais importante em certos

Estados da União Americana (especialmente em Califórnia, Texas, Florida, Nova York e Arizona). Contudo, a participação política, os ingressos reais e os índices de desenvolvimento social das diásporas latino-americanas ainda apresentam resultados desfavoráveis – quando comparados com a média da população nativa dos países receptores, e sem esquecer que as conseqüências da migração latino-americana nos países emissores são bastante significativas e duradouras.

O impacto da migração no desenvolvimento e nas relações internacionais da América Latina: custos, desafios e oportunidades

O expressivo fenômeno da migração latino-americana e caribenha implica custos, desafios e oportunidades nos países emissores, receptores e de trânsito.

Dentre os custos derivados da migração latino-americana e caribenha, especialmente nos países de origem ou emissores, destacam: a desintegração familiar, a chamada “fuga dos cérebros” (isto é, a perda do escasso recurso humano qualificado), e as dificuldades e incertezas surgidas dos deslocamentos internacionais e da adaptação à cultura dominante nas comunidades de destino ou receptoras (bem como aos novos ambientes de trabalho). Quando se trata de pessoas sem documentação ou irregulares os custos psicológicos e sociais são bem maiores, muitas vezes incluindo a vulnerabilidade e o temor perante a possibilidade da detenção e deportação, abusos de autoridades, discriminação, humilhações e outras violações aos seus direitos humanos.

Dentre os desafios colocados aos países emissores, receptores e de trânsito pelo fenômeno migratório latino-americano e caribenho certamente ressaltam: (a) fomentar um fluxo migratório ordenado, legal, disciplinado e congruente com a soberania, a integridade e os interesses nacionais de cada país, (b) lutar contra as atividades delitivas vinculadas ao tráfico de pessoas e os abusos contra os direitos humanos dos migrantes, (c) colocar o debate sobre a migração internacional como prioridade da agenda hemisférica nos primeiros anos do século XXI, (d) promover uma circulação e intercâmbio de recursos humanos qualificados entre os países do continente, procurando diminuir e modificar o

impacto da chamada “fuga dos cérebros”, (e) repensar e avançar em áreas vinculadas ao fenômeno da migração, tais como o trânsito nas fronteiras, a previdência social dos migrantes, o reconhecimento de estudos e qualificações profissionais, a facilitação e redução do custo das transferências financeiras (ou remessas) enviadas pelos migrantes aos seus familiares nos países de origem, e (f) em geral, assegurar a preservação dos direitos humanos dos migrantes e seus descendentes.

No que diz respeito às oportunidades derivadas do fenômeno migratório latino-americano e caribenho cumpre citar as seguintes: (a) a migração permite abrir novos espaços de diálogo, de aproximação e de integração social, econômica e política entre os países, sociedades e culturas do continente e do mundo; (b) a criação de comunidades transnacionais permitiria manter uma identidade familiar, psicológica, cultural e sociopolítica que é sumamente importante para evitar a alienação ou riscos conexos, (c) as remessas ou transferências financeiras enviadas pelos migrantes latino-americanos e caribenhos aos seus familiares nos países de origem – que em 2003 representaram por volta de EUA\$38 bilhões – é uma fonte de renda extremamente relevante em muitos países, conseqüentemente os Estados poderiam facilitar o ingresso de tais recursos, bem como promover modos mais eficientes de utilização no consumo, na poupança e no investimento produtivo (veja-se Tabela 2), (d) o fato de que a comunidade latino-americana e caribenha residente nos Estados Unidos é cada vez mais relevante na política, na cultura e na economia doméstica da principal potência mundial deve ser considerado de maneira mais enfática, detalhada e profunda no momento de formular e implementar as políticas externas continentais e globais dos países da região, (e) historicamente a migração internacional foi utilizada como uma virtual “válvula de escape” ao permitir uma certa descompressão das tensões geradas pelo desemprego e pela exclusão social nos países de origem, (f) todavia, a migração internacional se erige em uma forma legítima de mobilidade social ascendente.

Tabela 2: Principais países receptores de remessas na América Latina e Caribe, 2003 (bilhões de dólares dos Estados Unidos)

México	13,226
Brasil	5,200
Colômbia	3,067
El Salvador	2,316
República Dominicana	2,217
Outros 17 países	11,981
Total:	38,047

Fonte: SELA (2004).

Conseqüentemente, e seguindo as ponderações de Adela Pellegrino (2003: 27), parece evidente que “a migração não constitui em si mesma um instrumento de desenvolvimento, mas um mecanismo que pode converter-se tanto em um estímulo para aquelas regiões que experimentam transformações dinâmicas da sua economia como em um fator de descompressão das tensões geradas pelo desemprego. Do mesmo modo, a emigração pode contribuir a gerar um estado de ânimo pessimista e negativo com respeito às possibilidades de desenvolvimento futuro do país e – na medida em que opera quase exclusivamente na população jovem – pode converter-se numa sangria que tira dinamismo e energia aos projetos inovadores.”

Tendências futuras da migração internacional latino-americana

A cada ano, pouco mais de um milhão de latino-americanos e caribenhos decide – por diferentes motivos e razões – abandonar o seu país de origem, procurar novos horizontes e fazer a vida em outros lugares. Conseqüentemente, o fluxo migratório para o “norte” parece inexorável, persistente e duradouro. Assim, existem boas razões para supor que a migração internacional desde América Latina virou fenômeno estrutural e com alta e crescente incidência na agenda doméstica e internacional dos países da região.

Cumprir insistir ou reiterar que a migração latino-americana no sentido Sul-Norte é impulsionada por motivos e justificativas igualmente coerentes, legítimas e

concretas – isto é, os *push e pull effects*. De um lado, as profundas diferenças econômicas internacionais e as agudas insuficiências estruturais dos países em desenvolvimento favorecem a opção de procurar novos horizontes em outros países, regiões e continentes. Entretanto, é cada vez mais evidente que os países capitalistas avançados – porém demograficamente envelhecidos – precisam de uma força de trabalho jovem, qualificada e certamente estrangeira, inclusive para manter seus altos padrões de consumo e renda.

Na medida que estas constatações objetivas sigam vigentes, é bem provável que o fluxo migratório latino-americano no sentido Sul-Norte continue com uma magnitude semelhante nos próximos anos. Em outras palavras, tudo leva a prever que a migração internacional, em geral, e a migração latino-americana e caribenha, em particular, continuarão sendo fenômenos importantes na vida das pessoas, das famílias e das sociedades nas próximas décadas.

Nessa hipótese as principais autoridades dos países de origem, de destino e de trânsito terão que se preparar e repensar algumas das suas aproximações teóricas, práticas e políticas vinculadas à questão migratória, procurando favorecer o desenvolvimento de fluxos migratórios ordenados, regulares, seguros e vantajosos para todas as partes.

Ainda que a melhor opção de política pública é oferecer à população de cada país condições de vida e de trabalho satisfatórias e que desencorajem a opção migratória, parece evidente que as atuais circunstâncias demandam das autoridades avanços significativos no campo da governabilidade geral do fenômeno migratório internacional. Em termos operativos, isso implica a formulação e implementação de políticas tais como:

- Colocar o tema da migração internacional na agenda hemisférica e global, com propósito de chegar a acordos satisfatórios para todas as partes;
- Subscrever e cumprir os preceitos derivados dos acordos internacionais sobre proteção dos direitos humanos dos migrantes e seus familiares;
- Lutar contra a “indústria” do tráfico de seres humanos e contra outros espúrios fenômenos semelhantes (racismo, xenofobia, discriminação trabalhista, etc.);

- Reconhecer e valorizar as contribuições econômicas, sociais e culturais dos migrantes nas comunidades de destino;
- Mitigar os efeitos desagregadores da migração nas comunidades de origem, lembrando que o Estado e a sociedade de origem devem se esforçar para criar as condições mínimas de vida e de trabalho com o propósito de dissuadir ou desencorajar o impulso e as pressões em favor da opção migratória.

Em suma, trata-se de promover uma gestão migratória de alcance geral e integral, fundamentada na proteção dos direitos humanos mundialmente reconhecidos.

Complementarmente, outras áreas que precisam ser repensadas e redefinidas devem incluir: (a) facilitar as transferências de remessas enviadas pelos migrantes aos seus familiares – de modo geral, acredita-se que os serviços de intermediação financeira devem tornar-se mais econômicos, transparentes e confiáveis, e lembrando que se trata de recursos financeiros estimados em quase 40 bilhões de dólares anuais –, (b) estimular uma vinculação duradoura entre a sociedade de origem e a correspondente diáspora, fundamentada no princípio do intercâmbio de conhecimentos, experiências e recursos, (c) agilizar o reconhecimento de documentos públicos (exemplos: títulos profissionais, vistos, certificados, etc.), (d) repensar a lógica e a prática das políticas migratórias vigentes e, quando necessário, favorecer inovações, (e) criar e consolidar instituições nacionais e supra-nacionais especializadas em acompanhar de perto a evolução do fenômeno em questão e propor alternativas oportunamente.

Contudo, convém insistir que uma tarefa fundamental e iniludível das sociedades e Estados latino-americanos na atualidade é justamente oferecer condições de vida e de trabalho cada vez mais dignas, honrosas e satisfatórias para seus cidadãos. Normalmente as pessoas optam por migrar quando chegam à conclusão de que o país de origem não oferece condições básicas de bem-estar econômico, político e social. Avançar nas condições para que os cidadãos não precisem (ou sejam forçados) a ir embora do país é certamente a melhor opção possível. Afinal, se realmente a população é a principal riqueza de um país,

parece evidente que a migração de talentos, de mentes e de braços representa uma perda – temporária ou definitiva – que dificilmente poderá ser compensada no futuro.

Conclusão

Inicialmente, parece importante reconhecer que a noção de migração implica o movimento de pessoas – isto é, seu deslocamento geográfico temporário ou definitivo. O conjunto de motivações ou incentivos que historicamente impulsionaram as migrações é bastante numeroso, incluindo, por exemplo: a aspiração de melhorar as condições de vida e de emprego, os deslocamentos forçados para preservar a integridade física, as desigualdades nos níveis de desenvolvimento, as assimetrias na distribuição dos benefícios oferecidos pela economia internacional, as carências de capital humano e conhecimentos, a curiosidade, dentre outros. Note-se, ainda, que o termo migrante não se limita aos deslocamentos de trabalhadores e profissionais (qualificados ou não). Outros indivíduos, tais como refugiados, turistas, estudantes, etc., também podem ser estudados a partir daquela categoria. Tudo isso sem esquecer as sinergias reais ou potenciais que surgem entre os chamados *pull* e *push effects*, isto é, as pressões migratórias endógenas e exógenas geradas pelo mundo atual, tanto nas economias desenvolvidas como nas economias em desenvolvimento.

Os agudos problemas econômicos e sociais dos países em desenvolvimento têm incrementado significativamente a migração internacional com destino aos países mais desenvolvidos – isto é, no sentido Sul-Norte. De fato, o crescimento explosivo nos últimos anos tem convertido a migração internacional num dos principais tópicos de discussão no contexto geral do processo de desenvolvimento econômico e social, bem como na agenda internacional. Daí o seu vínculo com o campo da disciplina Relações Internacionais.

Note-se, por exemplo, que a América Latina e Caribe é a região do mundo com maior intensidade de migrações internacionais no sentido Sul-Norte – especialmente com destino aos Estados Unidos e certos países europeus. O

impacto socioeconômico, político, cultural e propriamente internacional deste fenômeno é sumamente relevante, tanto nos países de origem, quanto nos países de destino e de trânsito ou passagem dos migrantes internacionais. Assim, calcula-se que em 2003 as transferências financeiras recebidas na América Latina superaram os EUA\$38 bilhões – montante superior ao valor combinado do Investimento Estrangeiro Direto e da Assistência Oficial para o Desenvolvimento recebido pelos países do subcontinente. O México, o Brasil e a Colômbia foram os principais países receptores destas transferências (ver Tabela 2).

Certamente, trata-se também de um fenômeno complexo e polemico. Sabe-se que muitos países desenvolvidos, especialmente no caso de certos Estados europeus (Itália, Espanha, Alemanha, etc.), por diferentes motivos precisam de força de trabalho jovem e capacitada oriunda de países em desenvolvimento. Porém, devido às pressões políticas domésticas, não deixam de reforçar os controles aplicáveis ao ingresso, passagem, residência e emprego dos estrangeiros, criando situações que violentam a dignidade e os direitos humanos básicos. O impacto do fenômeno da migração internacional nas comunidades e nos países de origem também é controvertido, dado que em não poucas oportunidades tais experiências implicam a separação mais ou menos duradouras das famílias, a fuga de recursos humanos capacitados, e tensões sociais em geral.

Paralelamente, no marco geral do assim chamado processo de globalização é paradoxal que em um mundo cada vez mais conectado e interdependente, fundamentado na mobilidade de fatores de produção, capitais, comércio e investimento, a mobilidade das pessoas e especificamente da força de trabalho se depare com tantas restrições e proibições. Vários estudos e pesquisas constataam que em etapas anteriores da história da globalização os deslocamentos de população foram paralelos ao desenvolvimento de contatos e de fluxos entre diferentes sociedades e culturas. Tais estudos e pesquisas não deixam de questionar a aparente exclusão da migração internacional no debate sobre a atual fase de globalização, especialmente quando se trata dos grandes deslocamentos humanos no sentido Sul-Norte. Conseqüentemente, parece evidente que tais

restrições migratórias colocam em debate as implicações éticas, políticas, econômicas e propriamente de política internacional da atual fase do assim chamado processo de globalização.

Agosto de 2005

NOTAS

¹ Note-se que tópicos específicos de pesquisa em relações internacionais sobre a questão da migração internacional desde América Latina e Caribe podem incluir: (a) causas e conseqüências das migrações internacionais latino-americanas e caribenhas, especialmente nas comunidades de origem dos migrantes; (b) políticas migratórias latino-americanas e de outros países (políticas migratórias comparativas); (c) correlações entre migração e desenvolvimento; (d) comunidades transnacionais como fenômeno “interméstico”; (e) custos, desafios e oportunidades da migração; (f) a questão da migração na formulação e implementação da política externa global dos países latino-americanos e caribenhos; (g) migração e preservação dos direitos humanos; (h) facilitação e redução de custos – bem como uso produtivo – das transferências ou remessas de dinheiro enviadas pelos migrantes aos seus países de origem; dentre outros.

² A migração intra-regional ou entre países latino-americanos e caribenhos continua tendo certa relevância, especialmente nos movimentos transitórios, temporários ou fronteiriços. Tradicionalmente, a Argentina e a Venezuela, bem como a Costa Rica, o Panamá e o México foram importantes receptores de população latino-americana. Nos últimos anos, o Chile e o Brasil – especificamente a cidade de São Paulo – também passaram a recepcionar trabalhadores oriundos de países vizinhos. Contudo, trata-se de fluxos migratórios relativamente pequenos ou médios, quando comparados ao fluxo migratório com destino aos Estados Unidos.

³ O fluxo fronteiriço entre os Estados Unidos e o México é antigo. Porém, a partir do decênio de 1970 deixou de ser temporário, oscilatório e intermitente, constituindo-se em fenômeno estrutural e de alta e crescente relevância para os povos e governos de ambos os países. Atualmente, aproximadamente 15 milhões de mexicanos vivem nos Estados Unidos, e 1,5 milhões de estadunidenses moram no México.

⁴ Aproximadamente dois milhões de latino-americanos residem em países da Europa Ocidental, no Canadá, no Japão, na Austrália, em Israel e em outros países.

⁵ Distinguir as diferenças entre as noções de “minoría” e “comunidade” de imigrantes também é pertinente. Em termos gerais, a noção de minoría implica que certos grupos étnicos radicados em um Estado receptor são segregados e excluídos tanto no mercado de trabalho e nas zonas de residência (guetos), como também nas atividades sociais, culturais e políticas. Em contraste, a noção de comunidade implica que os imigrantes e seus descendentes são vistos como parte integral e legítima de uma sociedade culturalmente heterogênea.

⁶ Com aproximadamente 40 milhões de pessoas de origem hispânica, os Estados Unidos já são o quarto país com maior número de pessoas que falam espanhol no mundo – sendo superado apenas pelo México, pela Colômbia e pela Espanha. A comunidade hispânica estadunidense é mais numerosa que a população da Argentina. Assim, trata-se de um mercado consumidor cada vez mais expressivo naquele país.

Bibliografia

- CEPAL (2002): *Globalización e desenvolvimento*, Santiago do Chile: Nações Unidas.
- HELD, David e outros (1999): *Global transformations/ Politics, Economics and Culture*, Stanford: Stanford University Press.
- PELLEGRINO, Adela (2003): “La migración internacional en América Latina y el Caribe: tendencias y perfiles de los migrantes”, serie Población y Desarrollo 35, Santiago de Chile: CELADE e BID.

SELA (2004): "Remesas de migrantes: ¿Una alternativa para América Latina y el Caribe?", n° 45,
na internet: www.sela.org